

POLÍTICA ECONÓMICA



Estudo | Os tribunais cíveis não têm só faltas materiais e recursos humanos mal distribuídos. As regras processuais e a organização interna também precisam de mudanças, diz o Observatório Permanente da Justiça

OPJ aponta falhas na organização dos tribunais

Andrea Duarte
aduarte@economiaincassgs.com

Os juizes e os secretários têm de assumir uma parte importante da organização dos tribunais cíveis, diz o estudo do Observatório Permanente da Justiça Portuguesa (OPJ) agora tornado público. A liderança na gestão dos recursos humanos é essencial para acelerar a gestão dos processos, mas para isso vai ter de haver formação dirigida a juizes e funcionários. O mais difícil pode ser mudar a cultura dos juizes e funcionários portugueses, considera o estudo "Para um Novo Judiciário: qualidade e eficiência na gestão dos processos cíveis". Para passar de um modelo em que se dá demasiada importância aos despachos para outro em que os processos sejam geridos caso a caso não se precisam "mudanças culturais" que exigem um novo programa de formação e um manual de boas práticas sobre a actuação do juiz na gestão do processo, sugere

o OPJ. Os tribunais portugueses, para serem mais eficientes, precisam de "uma liderança clara e forte", diz o OPJ. Os secretários de justiça e os escrivães de direito são essenciais na administração das casas da Justiça, mas têm de estar melhor preparados.

Um juiz para cada caso

As regras da distribuição de processos são demasiado rígidas, devido à interpretação do princípio do juiz natural em Portugal, considera o OPJ. A prova disso é que alguns tribunais fazem uma distribuição manual à parte da automática. O estudo cita um caso em que se separam três tipos dos actos gerais: as insolvências, os recursos de autoridades administrativas e as expropriações.

No entanto, a possibilidade de distribuir um tipo de acções a um determinado juiz gera "bastantes reticências". "Fica sempre uma suspeição de parcialidade", justifica um juiz entrevistado para o estudo. O secretário geral do Sindicato dos Magistrados do Ministério Público (SMMP), não podia

O que é preciso mudar nos tribunais?

» **Pessoal:** Segundo o estudo do OPJ, deve ser criado um plano para reajustar os recursos humanos dos tribunais ao movimento dos processos.

» **Falta de materiais:** Deve haver uma avaliação de quais os recursos materiais em falta nos vários tribunais.

» **Um juiz para cada caso:** Os processos devem ser distribuídos pelos magistrados segundo os critérios de cada comarca.

concordar mais. João Palma afirma que esta medida "liquidará a independência dos juizes enquanto corpo e individualmente considerados". E deixa o aviso: "se acrescentarmos a isto a sujeição da renovação da comissão de serviço dos juizes presidentes das novas comarcas ao relatório de uma auditoria externa", a isenção

dos juizes será limitada. Outra questão que costuma causar polémica entre os magistrados é a flexibilidade para transferir juizes de um tribunal para outro em resposta à procura. O OPJ sugere que devem ser os tribunais a "gerir o equilíbrio entre juizes especializados e juizes generalistas".

Estrutura do tribunal tem de mudar

Para impedir que os processos cíveis vão ficando parados em secretarias e secções, os tribunais têm de alterar os seus métodos de trabalho. Uma das ideias é adotar o modelo de "oficinas judiciais" de Espanha, onde todo o trabalho da execução de sentenças, da documentação do expediente e da marcação das diligências compete agora ao secretário judicial.

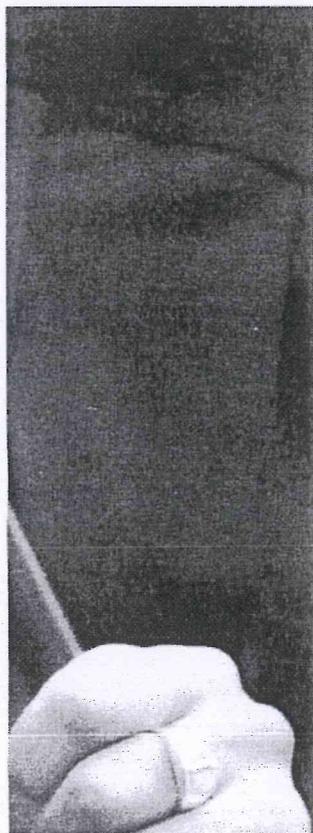
O que acontece nos tribunais portugueses é que a ligação entre a secção de processos e o juiz "pode conduzir a um bloqueio na comunicação". O actual sistema de justiça baseia-se no poder de direcção desta secção sobre os

98%

dos actos
É a percentagem dos actos praticados pelos juizes nos processos de recuperação ou falência de empresas são despachos

processos. E nestas secções "cada um trabalha um bocado como lhe apetece", de acordo com um funcionário judicial entrevistado pelo OPJ. O que leva ao método de "tirar prazos", em que os processos ficam parados durante meses "na estante" e depois são todos postos em movimento ao mesmo tempo, o que provoca uma segunda acumulação: na secretaria do juiz.

Para os juizes, no entanto, a solução deve passar pela revisão do Código de Processo Civil, que é outra sugestão do estudo do Observatório. "Seria necessário aproximá-lo do modelo do Código de Processo de Trabalho", para



permitir soluções mais rápidas, concorda João Palma. O secretário-geral do SMMP acredita que "estão nos códigos e nas leis de processo as distorções que levam à morosidade e a uma justiça formal".

Novas tecnologias, computadores antigos

A burocracia nos tribunais portugueses está a diminuir graças aos sistemas informáticos Citius e Habilus, considera o OJP. Mas a dependência do papel ainda é muito forte, acrescenta o Observatório. E cita um caso em uma petição inicial tinha um anexo com 790 documentos. "A escrivã-adjunta demorou um dia inteiro para proceder à sua digitalização", acrescenta o estudo.

Separar as acções executivas das declarativas

Enquanto o Mapa Judiciário não entra em vigor, são precisos "reajustamentos" na organização judiciária, defende o Observatório. Há tribunais e secções do mesmo tribunal em que o a relação entre o número de funcionários e o volume de processos é "bastante desigual". A causa é a alteração das alçadas dos tribunais que "desviou" a procura — por exemplo, do Porto para Vila Nova de Gaia — e os advogados que "contornam" as regras da competência territorial. Desenvolver um sistema para avaliar o volume de litígios e de pessoal é o primeiro passo, segundo o OJP. A separação entre as acções executivas, que são cerca de 70% do total, e as acções declarativas é "fundamental" para os autores do relatório.

Três aspectos dos tribunais cíveis

Iniciativas de liderança são excepção

» **Juízes e funcionários não se informam:** O sentimento nos tribunais, em especial dos funcionários judiciais, é de que não são ouvidos nas decisões que mudam o sistema. Muitos não sabem como ia funcionar, dias antes de entrar em vigor, a desmaterialização dos processos em Sintra. A quebrar o círculo vicioso de falta de informação e desinteresse estão os exemplos de liderança como o do secretário de justiça que convocou uma reunião de escrivães de direito para discutir as mudanças que se aproximavam. Depois, cada escrivão falou com o magistrado da sua secção, outro secretário teve a iniciativa de fazer e distribuir pelas secções mapas de produtividade, o que foi um estímulo para os funcionários e permitiu identificar problemas numa secção.

Falta de pessoal é "crónica"

» **Uma secção com 30 processos, outra com 2.000:** Uma secção de processos está sem escrivão de direito (uma figura fundamental na gestão processual) há cerca de três anos, refere o relatório do OJP. Nesta secção de um dos tribunais estudados, um dos escrivães adjuntos acumula as funções de escrivão de direito há quase um ano. Uma situação que se repete, com vários "casos crónicos de déficit de pessoal" nos tribunais. A gestão dos recursos humanos com maior flexibilidade é apontada como solução para situações como a de um tribunal em que, em Dezembro de 2007, havia "secções com 30 despachos para cumprir e outras com 2.000".

Cabos de computador por todo o lado

» **Cuidado com os pés:** Num dos estudos de caso, os processos são arrumados em "caixas cedidas pelos CTT, ocupando os espaços de circulação" de funcionários e do público. Vários funcionários dos tribunais consideraram as condições em que trabalham "indignas", diz o OJP. Noutro caso, "um advogado, ao colocar um pé em cima de uma calha numa sala de audiências provocou uma avaria no sistema informático". Tudo porque as novas tecnologias não se compatibilizam com os espaços mais antigos, que têm "cabos pelo chão, calhas com cabos onde é fácil pisá-las e servidores em vãos de escadas". A falta de computadores actualizados levou ainda uma magistrada a comprar ela própria uma memória extra e um monitor maior.

O estudo sobre a gestão dos processos cíveis foi publicado em Abril, mas só em Agosto está disponível na Internet. Questionado sobre as conclusões, o OJP remeteu as respostas para a coordenadora executiva Conceição Gomes, que só pode responder depois do próximo dia 21. ■